

**Antonio Gidi**

Professor na Faculdade de Direito da Universidade de Houston.  
Professor na UNAERP. Mestre e Doutor pela PUC-SP. Doutor pela Universidade  
da Pensilvânia. Bacharel pela UFBA. Autor do Anteprojeto Original.  
Co-relator do Código Modelo Ibero-Americano

---

---

**Rumo a um**  
**Código de Processo Civil Coletivo**  
**A codificação das ações coletivas no Brasil**

---

---



Rio de Janeiro  
2008

1ª edição – 2008

© Copyright

Antonio Gidi

CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

G395r

Gidi, Antonio, 1968-

Rumo a um Código de processo civil coletivo: a codificação das ações coletivas do Brasil / Antonio Gidi. – Rio de Janeiro: Forense, 2008.

Apêndice

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-2735-6

1. Direito processual coletivo – Brasil. 2. Tutela jurisdicional – Brasil. I. Título.  
08-1691. CDU: 347.9(81)

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela

COMPANHIA EDITORA FORENSE

**Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional**

Endereço na Internet: <http://www.forense.com.br> – e-mail: [forense@forense.com.br](mailto:forense@forense.com.br)

Av. Erasmo Braga, 299 – 1º e 2º andares – 20020-000 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3380-6650 – Fax: (0XX21) 3380-6667

Impresso no Brasil

*Printed in Brazil*

## ÍNDICE SISTEMÁTICO

---

<i>Obras Citadas</i> .....	IX
INTRODUÇÃO – O Anteprojeto Original e os Anteprojetos Derivados .....	1
CAPÍTULO 1 – A codificação processual coletiva no Brasil .....	7
1.1. História recente .....	7
1.2. Consolidar ou inovar? .....	23
1.3. A fonte das ações coletivas brasileiras .....	30
1.4. Conclusão .....	38
CAPÍTULO 2 – As Principais Inovações do Anteprojeto Original Adotadas nos Anteprojetos Derivados .....	41
2.1. Introdução. ....	41
2.2. Iniciativa, estrutura e estilo. ....	44
2.3. Objeto do processo coletivo. ....	45
2.4. Desmembramento do processo coletivo. ....	57
2.5. Notificação coletiva adequada. ....	59
2.6. Controle judicial da representação adequada .....	74
2.7. Certificação do processo coletivo .....	116
2.8. Distribuição dinâmica do ônus da prova .....	124
2.9. Prova estatística ou por amostragem .....	129
2.10. Prioridade de processamento .....	132
2.11. Propositura do processo coletivo interrompe a prescrição. ....	135
2.12. Gratificação financeira do representante .....	144
2.13. Honorários advocatícios .....	150
2.14. Sentença coletiva líquida .....	153
2.15. Interpretação aberta e flexível .....	161
2.16. Outras inovações .....	165
CAPÍTULO 3 – Críticas aos Anteprojetos Derivados. ....	167
3.1. Introdução. ....	167
3.2. O requisito da relevância social ou interesse social. ....	174
3.3. O requisito da utilidade da tutela coletiva. ....	181
3.4. O requisito da predominância das questões comuns .....	188
3.5. Arbitragem coletiva .....	196

3.6. A definição legal dos direitos de grupo (difusos, coletivos e individuais homogêneos) . . . . .	200
3.7. Legitimidade coletiva de indivíduos . . . . .	224
3.8. Juízos especializados . . . . .	240
3.9. Competência coletiva . . . . .	243
3.10. Intervenção coletiva . . . . .	254
3.11. O problema do custo da prova . . . . .	257
3.12. Conversão da obrigação em perdas e danos . . . . .	259
3.13. Sentença parcial . . . . .	261
3.14. Acordo coletivo adequado . . . . .	266
3.15. Coisa julgada coletiva . . . . .	286
3.16. Relação entre demandas individuais e coletivas . . . . .	299
3.17. Litispendência coletiva (entre demandas coletivas) . . . . .	304
3.18. Cumprimento voluntário da sentença coletiva . . . . .	317
3.19. Fundo dos Direitos de Grupo . . . . .	320
3.20. Ação rescisória coletiva . . . . .	336
3.21. Ação coletiva passiva . . . . .	338
3.22. Processos coletivos especiais . . . . .	370
3.23. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil . . . . .	374
 CAPÍTULO 4 – As Críticas de Gregório Assagra de Almeida . . . . .	 377
4.1. Introdução . . . . .	377
4.2. Código de Processo Civil Coletivo . . . . .	381
4.3. Ação civil pública ou ação coletiva? . . . . .	382
4.4. Código apequenado . . . . .	391
4.5. As <i>class actions</i> como modelo para o direito brasileiro . . . . .	394
4.6. Processo coletivo comum e especial . . . . .	397
4.7. Um capítulo exclusivamente dedicado ao Ministério Público? . . . . .	400
 CAPÍTULO 5 – Repensando o Anteprojeto Original . . . . .	 419
5.1. Introdução . . . . .	419
5.2. Controle difuso de constitucionalidade das leis . . . . .	421
5.3. Limites territoriais da coisa julgada . . . . .	426
5.4. Desnecessidade de identificação dos membros do grupo . . . . .	429
5.5. Produção de prova de ofício . . . . .	431
5.6. Inquérito civil . . . . .	431
5.7. <i>Amicus curiae</i> . . . . .	438
5.8. Comunicação sobre processos repetitivos . . . . .	439
5.9. Reexame necessário . . . . .	441
 CAPÍTULO 6 – Conclusão . . . . .	 443
 APÊNDICE – Código de Processo Civil Coletivo um Modelo para Países de Direito Escrito (Anteprojeto Original) . . . . .	 445
 Bibliografia . . . . .	 461